



EDUCAÇÃO DOS ESTUDANTES SURDOS E O USO DAS TDICs: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA BNCC

Nádia Fernanda Martins de Araújo¹

Thayane Nascimento Freitas²

Tarcísio Welvis Gomes de Araújo³

Luinaldo da Silva Soares⁴

RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018) constitui-se em uma normativa para Educação Básica, no qual foi alvo de diversas discussões entre entidades e autores sobre sua construção a exemplo de Rocha (2019), Aguiar e Dourado (2018), ANFOPE (2017). Dentre as competências contempladas no documento, as TDICs (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) ganham destaque ao enfatizar a questão do multiletramento e cultura digital. Diante do exposto, pautamos na seguinte problemática: Que diretrizes a BNCC apresenta que fomente possibilidades na melhoria da educação de estudantes surdos fluentes na Língua Brasileira de Sinais e usuários das TDICs? Baseado nisto este trabalho tem como objetivo geral refletir sobre as diretrizes que compõem o documento em relação ao uso das TDICs para auxiliar os estudantes Surdos. No percurso metodológico adotamos a abordagem qualitativa, considerando (Creswel, 2007), quanto ao procedimento técnico é de caráter bibliográfico e documental (Lakatos e Marconi, 2003). Na leitura do documento da BNCC percebemos que existem competências gerais e específicas que priorizam o fomento de práticas de linguagem e a cultura digital, mas que pouco dialoga e/ou detalha diretrizes sobre a especificidade linguística e cultural do surdo.

Palavras-chave: Estudante Surdo, TDICs, BNCC, Softwares Educacionais.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consiste em um documento lançado em 2018 para servir como uma nova diretriz na Educação Básica, contemplando as necessidades da sociedade e como também a imersão aos meios tecnológicos daqueles que fazem a escola: professores, estudantes, gestores e demais funcionários. Desde sua vigência, houve

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI/CSHNB) na área de Libras. Intérprete Educacional de Libras. E-mail: nadiafaraujo@ufpi.edu.br.

² Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Educação Especial (IESM); Libras e Docência Superior (FAEME). Docente da Secretaria Municipal de Teresina-PI (SEMEC) e Universidade Paulista (UNIP). E-mail: thayanny_freitas@hotmail.com.

³ Graduado do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Especialista em Libras (FAEME). Professor/Instrutor de Libras (SEDUC – MA); E-mail: twgaraujo@gmail.com;

⁴ Graduado do Curso de Licenciatura Plena em Letras Português da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Especialista em Libras com Educação Especial (IESM). Professor/Intérprete de Libras (SEDUC – MA). E-mail: luinaldos@hotmail.com.



publicações e estudos a exemplo da Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação ANFOPE (2017), Rocha (2019), Aguiar e Dourado (2018) que elencam problemáticas quanto à construção ideológica e execução.

Pautado em dez competências gerais que devem ser desenvolvidas desde a Educação Infantil até o Ensino Médio para a garantia do que foi definido como aprendizagens essenciais, a vigência da BNCC nas escolas ocorre desde a sua divulgação da versão final em 2018, sendo de responsabilidade de cada ente federativo a incorporação e implementação do currículo e de abordagens temáticas que ocasionam transformações na sociedade em diferentes escalas (local, regional e global).

Dentre as competências almeçadas no documento focaremos no que se refere às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), alinhando a perspectiva da Educação Inclusiva, especialmente aos dos estudantes Surdos. Percebemos a relevância de abordar o impacto da vigência da Base para esse público alvo que está presente nas escolas regulares, como também conectado no ambiente digital.

Buscaremos nesse espaço fomentar uma discussão teórica referindo-se às orientações expressas no documento normativo, sendo nosso objetivo geral refletir sobre as diretrizes que compõem a BNCC em relação ao uso das TDICs considerando as especificidades linguísticas dos estudantes surdos, como objetivos específicos: Descrever a legislação vigente que assegura a educação do povo surdo na escola regular; Relatar alguns softwares educativos desenvolvidos como possibilidades de TDICs para o ensino-aprendizagem do estudante Surdo; e Discutir sobre as competências da BNCC que abordam sobre tecnologias, cultura digital e práticas de linguagem.

Por se caracterizar em uma pesquisa bibliográfica o percurso metodológico consistiu em uma pesquisa sistematizada de documentos, dentre eles a BNCC, as legislações vigentes sobre a educação dos Surdos e softwares educativos. A partir disso, realizamos uma leitura analítica buscando os elementos necessários para o alcance dos objetivos almeçados, por isso essa pesquisa se caracteriza por ser do tipo descritiva e exploratória.

Acreditamos que essa produção poderá fomentar em novos estudos referentes à Educação Especial na perspectiva inclusiva considerando a BNCC e as TDICs e mostrar as possibilidades de uso desses softwares como estratégias pedagógicas que são dinâmicas e atraentes. Por fim, entendemos que a Base Nacional Comum não contempla claramente a especificidades linguísticas voltadas para estudantes Surdos, que incluam esses sujeitos de forma plena.



METODOLOGIA

O estudo sobre Educação de Surdos e uso de TDICs, se constitui em uma pesquisa de caráter qualitativo, pois essa abordagem conforme Creswel, (2007) inclui o desenvolvimento da descrição de uma pessoa ou de um cenário, análise de dados para identificar temas ou categorias e, faz uma interpretação ou tirar conclusões sobre seu significado, mencionando as lições aprendidas e oferecendo mais perguntas a serem feitas. Isso também significa que o pesquisador filtra os dados através de uma lente pessoal situada em um momento sociopolítico e histórico específico.

E quanto aos procedimentos técnicos, realizamos um levantamento de dados do tipo bibliográfica e documental seguindo a perspectiva de Lakatos e Marconi (2003). A primeira tem como finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas” (ibid p.183). Foi realizado uma pesquisa de literatura na área da Educação do Surdo, baseamos a discussão do aporte teórico em Strobel (2009), Skliar (1998), Quadros (2004), Sá (2011), dentro outros, para explicar quem é o Surdo, a Comunidade Surda e suas especificidades educacionais.

Em relação à pesquisa documental, que consiste na busca de “fontes primárias” (ibid, p. 174) investigamos o arquivo normativo da BNCC, (BRASIL, 2018) atentando-se as competências gerais e específicas, as legislações relacionadas ao Surdo e, aos sites vinculados a temáticas da tecnologia educação para buscar dados referente aos tipos de softwares utilizados para inclusão de estudantes Surdos, almejando evidenciar as criações tecnologias realizadas no contexto educacional, proporcionando subsídios para confrontar os pontos descritos na Base Nacional Comum Curricular.

OS ESTUDANTES SURDOS NA ESCOLA REGULAR

O início do século XXI foi significativo para a Comunidade Surda⁵ brasileira no que se refere à garantia de direitos sociais, políticos e educacionais. Com a vigência de leis (Lei nº 10.436/02; Lei nº 12.319/10; e Lei nº 13.146/15) e decreto (nº 5.626/05) referentes a Libras- Língua Brasileira de Sinais torna-se reconhecida no país, possibilitando visibilidade deste grupo minoritário, ocasionando atenção governamental a questões da acessibilidade, saúde e educação.

⁵ Espaços de interação linguístico e cultural, formados por surdos e ouvintes usuários, prioritariamente, da Libras (COUTO, 2005).



Com a garantia de intérpretes de Libras, criação de escolas e/ou classes bilíngues (Libras e Língua Portuguesa) e o Atendimento Educacional Especializado, refletiu no aumento do número de estudantes Surdos matriculados em escolas regulares, conforme os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Comparando os anos de 2006 (data que em que esses direitos citados são exigidos por meio legal) e 2019, último ano em que foi liberado estas informações estatísticas, a crescente passa da margem de 400%⁶.

A presença do estudante Surdo em uma sala de aula regular acarretou em novos desafios para o professor e demais colegas de turma, dentre elas, podemos destacar inicialmente que, este sujeito utiliza outro sistema linguístico de comunicação, distinto da maioria, uma Língua de Sinais que, consecutivamente, faz com que a forma de expressão e de interação seja também diferente de forma visual.

Devemos considerar que existem muitos professores que durante sua formação inicial não tiveram contato com disciplinas que abordassem a Educação Especial e a Libras, algo que só passou a ser exigido nas instituições de Ensino Superior no final de 2005, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.626/05. O reflexo disso na educação para o Surdo poderá ser aulas com pouca acessibilidade e crenças sobre sua incapacidade cognitiva de acompanhar o conteúdo, devido o desconhecimento da sua necessidade educacional pelo professor.

Nesse sentido, Gesser (2009) apresenta a existência de várias crenças relacionadas ao Surdo, e que muitas dessas são alimentadas pelo senso comum, pautadas na sua incapacidade, da não autonomia, da língua utilizada por ele ser uma combinação de gestos e mímicas. Skliar (1998, p. 12-13) ainda reforça que muitos “são definidos somente a partir de supostos traços negativos, percebidos como exemplos de um desvio de normalidade”, o autor refere-se ao que considerou de ouvintismo, que se baseia na valorização da cultura daquele que ouve, na sua percepção a educação sobre ele sempre esteve direcionado em um contexto de normatização social.

Agora inserido em uma escola regular, o estudante Surdo lida com maior frequência com questões linguísticas em relação à Língua Portuguesa, considerando que essa é a língua de instrução usada pela escola. Sá (2011) afirma que mais 95% dos Surdos nascem em famílias ouvintes que geralmente não dominam a Língua de Sinais, o que significa que no

⁶ Nos dados do INEP (2006) houve cerca de 12.310 matrículas de estudantes com perda auditiva, incluindo surdez leve a profunda e surdos-cegos, em 2019 a somatória de matrículas é de aproximadamente 56.875. Ao construir essa estatística, o órgão evidencia que o mesmo estudante pode ter mais de uma deficiência resultando em mais de uma inscrição.



ambiente familiar a chance de haver o desenvolvimento da linguagem pelo Surdo é escasso, devido o input linguístico ser diferente entre os sujeitos que estão em seu contexto social.

A criança Surda caso não tenha resquícios auditivos suficientes para ouvir claramente o que os pais dizem, não conseguem desenvolver uma língua. Strobel (2009) reforça que é comum os Surdos desenvolverem uma linguagem caseira gestual no ambiente doméstico. A possibilidade de o Surdo iniciar sua vida escolar e não ter fluência em nenhuma língua é significativa, conseqüentemente isso ocasiona atrasos no rendimento escolar, já que ele estará em desvantagem por não saber a sua língua natural e nem a utiliza no ambiente de ensino.

Muitos Surdos ao ingressar na escola regular também não tiveram acesso a Libras a priori e, às vezes, o primeiro contato com a língua é através do intérprete, sendo a sua referência e principal elo comunicativo. O início da trajetória escolástica do Surdo é permeado por desafios, que precisam ser discutidos para que fomentem em um processo inclusivo que oportunize o acesso ao conhecimento de forma equivalente em comparação aos estudantes.

SOFTWARES EDUCACIONAIS PARA ESTUDANTES SURDOS

O acesso à educação é um direito de todos garantido na Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu Art. 205 que afirma “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988), e mesmo com tal garantia, o acesso e permanência do Surdo no ambiente escolar ainda não é satisfatória.

O desafio se inicia na falta de professores que compreendam as particularidades do estudante Surdo. Na Lei nº 9.394/96 - LDBEN em seu Art. 59 inciso III que cita “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”, este inciso trata sobre ter professores capacitados no atendimento ao estudante com surdez ou que no mínimo, este utilize recursos que favoreçam sua inclusão escolar, respeitando suas peculiaridades linguísticas.

O Surdo baseia sua formação social, a partir de experiência visual-motora, assim sendo, ele participa melhor utilizando a Língua Brasileira de Sinais - Libras e com uso de TDICs que valorizem o campo semiótico, e assim, respeitando suas características que levam em consideração o visual-motor (QUADROS, 2004).



Na Educação Básica brasileira, as escolas devem seguir a normativa de Base Nacional Comum Curricular – BNCC que traz em seu texto competências e habilidades para diferentes áreas educacionais e séries. Uma das competências gerais para a Educação Básica, contempla:

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018. p. 9)

O documento valoriza nessa competência, o uso de tecnologias para fomentar uma educação mais reflexiva e crítica, corroborando com a Constituição Federal (1988), em seu artigo 205 que trata sobre o pleno desenvolvimento do estudante, e que inclui também os estudantes Surdos, precisamos considerar que o mesmo possui direitos que devem valer em todo âmbito educacional assegurado por legislações.

Quanto aos desafios do uso das TDICs, o primeiro refere-se há uma estrutura física precária que oferece a esses alunos o acesso necessário a uma educação com tecnologia e com ferramentas que auxiliem em uma melhor avaliação educacional e inclusão do estudante Surdo, segundo se pode apontar para formação necessária que o docente precisa para atuar com a tecnologia e com os recursos visuais/linguísticos que se fazem necessário, pois na maioria das vezes os professores até sabem manusear equipamentos eletrônicos porém, em uso pessoal e não pedagógico, que requer um planejamento mais formal, e que atenda a todos os tipos de estudantes, buscando uma inclusão e aproveitamento dessas ferramentas, além do que o estudante Surdo, tem suas especificidades educacionais que vão além de uma adaptação visual, e inclui uma língua de sinais.

De qualquer modo, os docentes devem contemplar as singularidades da surdez em atividades que valorizem a cultura surda, sua identidade e língua, e que, com as TDICs esses desafios podem ser amenizados, com uso de softwares em Libras, materiais tecnológicos que valorizem o visual e respeite sua cultura, sendo ainda fundamentais os recursos humanos e o uso articulado da tecnologia com outras ferramentas de estudo.

Nas escolas onde a informatização educacional é utilizada, o uso de softwares educativos tem efeitos positivos na compreensão dos conteúdos escolares, auxiliando os estudantes, principalmente os que possuem algum tipo de necessidade especial. Destacamos nesse artigo apenas softwares utilizados na educação de estudantes surdos, através da análise

de um quadro adaptado, que é resultado de uma pesquisa sistêmica sobre softwares para Surdos:

Artigo	Aplicativo / Software	Objetivo da tecnologia	Classificação	Conteúdo multimídia utilizado	Plataforma Utilizada
Colling e Boscarioni (2014)	Rybená, Hand Talk e ProDeaf	Tradução	Tradutor Português-LIBRAS	Avatar 2D e 3D	Plataforma Móvel e Desktop (Web)
Cozende y, Pessanha e Costa (2013)	Vídeos didáticos para o ensino bilíngue de Física	Ensino de conceitos de Física por meio de vídeos bilíngues	Ensino disciplinar a partir de vídeos bilíngues	Vídeos	-
Nazareth, Alencar e Netto (2014)	ELRA	Propor o ensino-aprendizagem do alfabeto em LIBRAS.	Ambiente de aprendizagem.	Modelagem 3D + Realidade Aumentada	Desktop (Web)
Nobre <i>et al.</i> (2011)	WikiLIBRAS	Ensino de LIBRAS	Dicionário multimídia	Avatar 3D	Desktop (WEB)

Adaptado de Rocha, Lima e Queiroz (2018)

Os recursos informatizados usados na escola, através do uso do computador, precisam de um sistema operacional para funcionar, que são os Hardware (parte física do equipamento) e os softwares (parte lógica, como programas, jogos e etc.), aqui iremos analisar na tabela acima alguns softwares utilizados para auxiliar a inclusão de estudantes Surdos, em que podemos observar que alguns podem ser utilizados em plataformas móveis ou desktop (executado em computadores ou em rede), demonstrando a facilidade de obter esse tipo de programa. Quanto à finalidade desses softwares, alguns são utilizados para melhorar o ensino aprendido, tradução/ interpretação, ensino de sinais específicos de algumas disciplinas como física, vídeos traduzindo conteúdos específicos, que podem complementar o entendimento diário desses alunos, principalmente se recursos humanos não forem possíveis como um profissional tradutor/ intérprete de Libras.

Os softwares compõem um recurso atrativo para todos os tipos de estudantes como uma metodologia de ensino de desenho universal para aprendizagem – DUA⁷, que busca elaborar um planejamento estratégico, didático e prático que envolva a todos da sala de aula,

⁷ De acordo com Nunes e Madureira (2015, p.132) a DUA “corresponde a um conjunto de princípios e estratégias relacionadas com o desenvolvimento curricular (CAST, 2014) que procura reduzir as barreiras ao ensino e à aprendizagem (Domings, Crevecoeur & Ralabate, 2014; Rapp, 2014)”



promovendo uma maior inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, e habituando os docentes com planejamentos mais ricos, diversificados e utilizando TDICs.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme citado anteriormente a BNCC entrou em vigência em 2018, no qual foram definidas dez competências gerais, dissolvidas em competências específicas para cada área de conhecimento partindo no desenvolvimento de habilidades para assegurar essas aprendizagens. No próprio documento encontra-se a seguinte contribuição:

a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2018, p.8)

Diversas associações como a ANFOPE (2017) e Aguiar e Dourado (2018) demonstraram ter opiniões contrárias ao manejo curricular que o documento se caracteriza, pois, a BNCC em suas concepções alimenta o engessamento da ação e formação pedagógica e limita a aprendizagem do estudante ao desenvolvimento econômico. Além de estimular a homogeneização das escolas, parcerias com instituições internacionais e incentivar ainda mais as avaliações em larga escala. Mesmo com críticas a BNCC já estar sendo inserido nos livros didáticos e começa a ser utilizado pelos professores da Educação Básica.

No capítulo referente à introdução da BNCC estar a listagem das dez competências gerais para a educação básica, a quarta competência aborda a utilização de diferentes linguagens, dentre elas, estão visual-motora sendo citada a Libras e a digital fazendo uma alusão às tecnologias. No item seguinte, tem como meta a utilização crítica da TDICs em práticas sociais e escolares.

Consideramos que maioria dos estudantes Surdos que estão inseridos na escola regular tem o primeiro contato com a Libras nesse ambiente, como também uma proximidade funcional maior com alguma tecnologia digital, seja por meio de acesso de um recurso da própria instituição, ou através dos colegas de turmas.

Dito isso, buscamos no documento da BNCC encontrar aspectos além dos descritos nas metas que contemple TDICs e o estudante Surdo. No capítulo referente ao ensino fundamental, item sobre a Língua Portuguesa ao abordar sobre as novas práticas de linguagem colocam que “não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de



replicar e de interagir” (BRASIL, 2018, p.68), o que significa que os meios digitais poderão estar incluídos em práticas de ensino na escola.

Há a valorização pelo desenvolvimento dos letramentos, enfatizando os digitais envolvendo a hipermídia. Na leitura das competências específicas da Língua Portuguesa, identificamos o destaque nesse item diretamente e indiretamente em duas competências, a de número cinco que refere ao estilo e variedade da linguagem e a de número dez que aborda sobre a mobilização de práticas que englobam a cultura digital.

Acredita-se que as gerações que irão ingressar na escola estarão cada vez mais interligados a cultura digital, por isso torna-se imprescindível que esse componente faça parte do ensino, e os softwares educativos torna-se um recurso interessante pois, desempenham esse papel lúdico, prático e atrativo que a nova geração de estudantes serão contemplados, incluindo também os Surdos.

Retornando a questão do Surdo, sendo ele, estudante, usuário ou conhecedor de uma língua distinta da escola - a Libras, como seria a inclusão desse sujeito no compartilhamento recursos e até atividades que tenham o caráter digital? Mesmo reconhecendo a diversidades de línguas usadas no Brasil (as línguas indígenas, criolas, afro-brasileiras), e citando a lei que regulamenta a Língua de Sinais, ainda aparenta ser escasso o direcionamento para indivíduos com essa especificidade, então, ainda precisamos de uma comunidade escolar mais digital, que conheça as funcionalidades da tecnologia na educação, usando os recursos informatizados disponíveis nas escolas, com uso de softwares específicos que consequentemente diminuirão as dificuldades de aprendizagem dos estudos Surdos.

Mesmo sendo uma Base, há a necessidade de buscar por outros documentos ou legislações, exemplo a PNEEPEI⁸ (2008) e LBI⁹ (2015) para que os entes federativos talvez possam construir currículos que contemplem estudantes com deficiência em totalidade, neste caso o Surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo buscamos fomentar um diálogo sobre a educação dos Surdos e as TDICs considerando o teor documental da BNCC, investigando de que forma a Base contempla esse grupo minoritário, a Língua de Sinais e suas manifestações culturais. Pois entendemos que por fazer parte da escola regular e por ter um conjunto de legislações favoráveis, o estudante Surdo tem o direito de ser respeitado linguisticamente e ter acessibilidade no ensino.

⁸ Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

⁹ Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)



Abordamos sobre as TDICs, especificamente sobre os softwares educacionais visto que as novas gerações estão cada vez mais imersas na cultura digital e consecutivamente mais presente no contexto escolar. Na análise das competências descritas na BNCC percebemos que há uma valorização em atividades que contemplem o multiletramento, com abrangência no letramento digital e hipermídia.

O documento enfatiza tanto em competências gerais como em competências específicas o desenvolvimento destas habilidades. Por mais que cite sobre a diversidade linguística e importância de ser discutida no contexto escolar, não apresenta pelo menos nos objetivos os direcionamentos que incluam significativamente estudantes com deficiência, em questão o Surdo. Vale reportar que muitas críticas positivas e negativas acerca da BNCC ainda são nutridas no meio acadêmico gerando debates importantes na exequibilidade curricular.

REFERÊNCIAS

ANFOPE. **Ao CNE - Posição da ANFOPE sobre a BNCC.** (2017) Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Posi%C3%A7%C3%A3o-da-ANFOPE-BNCC-CNE.-11.9.2017.pdf>

AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas.** [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988, Seção 1, p. 1-32. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de set. de 2020.

_____. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 2005, Seção 1, p. 28-29. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 de set. de 2020.

_____. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abril de 2002. Seção 1, p. 23. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 10 de set. de 2020.

_____. **Lei nº 12.319**, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial da União, Brasília, 02 de setembro de 2010. Seção 1, p.1. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 10 de set. de 2020.

_____. **Lei nº 13.146** de 6 julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 07 de julho de 2015. Seção 1, p.2-11. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 de set. de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC: 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 01 de set. de 2020.

COUTO, Hildo Honório do. **Sobre o conceito de Comunidade Surda**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276450309_Sobre_o_conceito_de_Comunidade_Surda. Acesso em: 28.08.2020.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arlinda.S. **Introduzindo a pesquisa qualitativa e suas possibilidades**, In: Revista administração de empresas. v.5, 2006

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2006**. Brasília: Inep, 2007. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> . Acesso: 20 de maio de 2020.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> . Acesso: 20 de maio de 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Invest. Práticas**. vol.5 nº2. Lisboa: 2015, p. 126-143

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. ArtMed. Porto Alegre. 2004

ROCHA, Paul Symon Ribeiro; LIMA, Rommel Wladimir de; QUEIROZ, Paulo Gabriel G.. Tecnologias para o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Informática na Educação – Rbie**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 42-60, 19 set. 2018.



SÁ, Nídia de Capítulo I: Escolas e Classes de Surdos: opção político-pedagógica legítima.
IN: SÁ, Nídia de (org). **Surdos:** qual escola? Manaus: Editora Valer e Edua, 2011. p. 17- 62.

SKLIAR, Carlos. Cap. 1: Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade.
IN: _____. **A Surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
P. 7-32.

STROBEL, Karin. Capítulo 4: Os artefatos culturais do povo surdo. **IN:** _____. **As
imagens do outro sobre a cultura surda.** 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.